

REQUERIMENTO Nº , DE 2017
(Do Sr. Mário Heringer)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Seguridade Social e Família e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para conhecimento da operação Luz na Infância e debate de estratégias para o enfrentamento da prática de pedofilia no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.^a, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública conjunta da Comissão de Seguridade Social e Família com a Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado para fins de conhecimento da operação Luz na Infância, realizada pelo Ministério da Justiça e as secretarias de segurança pública de vinte e quatro estados e do Distrito Federal, com cooperação internacional, destinada ao combate da pornografia infantil e pedofilia.

Na oportunidade, solicito seja convidado o senhor Torquato Jardim, Ministro de Estado da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

Vinte de outubro de dois mil e dezessete entra para a história do combate à pedofilia no Brasil. Já cedo, todos os meios de comunicação noticiavam a megaoperação coordenada pelo Ministério da Justiça em conjunto com as secretarias de segurança pública de vinte e quatro estados e do Distrito Federal, que reuniu mais de mil policiais para o cumprimento de quase

duzentos mandados de busca e apreensão de material pornográfico infantil. Era o ápice da chamada operação Luz na Infância, cujo início datara de meses atrás, pelo esforço das forças de segurança públicas nacionais, com cooperação internacional.

Com mais de cem prisões em flagrante e centenas de milhares de imagens recolhidas para perícia, a operação Luz na Infância deu ao cidadão brasileiro a sensação de terem sido abertos os esgotos no fundo dos quais esconde-se a absurda escória responsável pelo mais abjeto dos crimes contra a dignidade da pessoa humana: a pedofilia.

Notícias de uma mãe que estuprara o próprio filho para postar as cenas na Internet, de um bebê com poucos meses de nascido sendo violado, da existência de um manual para o treinamento dos que desejam ingressar no abominável universo da pedofilia e até de uma animação a ser apresentada às vítimas para convencê-las a se submeterem à violência sexual deixaram as famílias brasileiras em pânico e, mais uma vez, fizeram com que os olhos da sociedade se voltassem a este Congresso Nacional, cobrando medidas duras e definitivas contra os criminosos.

Considerando que o crime de pedofilia não é temática afeita exclusivamente à área da segurança pública, pois perpassa temas de interesse direto desta Comissão de Seguridade Social e Família, apresento o presente requerimento com o objetivo de facultar aos membros deste Colegiado o conhecimento da operação Luz na Infância, bem assim debater estratégias para o enfrentamento e a mais apropriada punição ao crime de pedofilia.

Pelo exposto, conto com a colaboração dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado Mário Heringer
PDT/MG